



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 72/XI/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão Parlamentar de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Informações;
2. Discussão e votação da Acta nº. 71, de 16 de Fevereiro;
3. Apresentação e votação do requerimento do PCP, para audição da Ministra da Saúde sobre os Programas Verticais de Saúde;
4. Discussão dos Projectos de Resolução nº. 378/XI/2ª, do PCP, que *"Recomenda ao Governo que assegure a construção de um Hospital Pediátrico em Lisboa"* e nº. 387/XI/2ª, do CDS-PP, que *"Recomenda ao Governo que assegure a construção do novo Hospital Pediátrico de Lisboa num edifício independente inserido no campus do Hospital de Todos-os-Santos"*;
5. Outros assuntos.

11:00 Audição da APIFARMA, no âmbito do processo legislativo sobre "Prescrição por DCI" e "Reposição do PVP nos medicamentos".

12:00 Audição da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares, no âmbito do processo legislativo sobre "Prescrição por DCI" e "Reposição do PVP nos medicamentos".

A reunião foi presidida pela Vice-Presidente da Comissão, Deputada Luísa Salgueiro, que informou os Deputados de que baixou à Comissão o Projecto de Lei nº 523/XI/2ª (PCP), que *"institui para o Governo a obrigatoriedade de apresentação anual à Assembleia da República de um relatório sobre a situação do país em matéria de droga, álcool e toxicodependências"*, tendo sido distribuído ao CDS para elaboração de Parecer e sendo indicada como Relatora a Deputada Isabel Galriça Neto. Baixou ainda à Comissão a Petição nº 150/XI/2ª, da Associação dos Dadores de Sangue do Distrito de Viana de Castelo, que, depois de admitida, foi distribuída ao PSD, que irá indicar o Relator. A Presidente em exercício anunciou também que deram entrada na Comissão os Projectos de Resolução nºs 402 (BE), 408 (PCP) e 409 (PEV) e lembrou que no dia 24 de Fevereiro, pelas 14 horas, terá lugar uma audiência do Deputado britânico Norman Lamb e que no dia 1 de Março se realizará a visita da Comissão ao Hospital Dr. Fernando da Fonseca e Centros de Saúde do Cacém e Olivais.

A Acta nº 71, referente ao dia 16 de Fevereiro, foi discutida e aprovada por unanimidade.

Passou-se à apresentação, pela Deputada Paula Santos, do requerimento do PCP a solicitar a audição da Ministra da Saúde sobre os Programas Verticais de Saúde, concretamente sobre o ponto de situação e a evolução da execução do Plano Nacional de Saúde 2011 – 2016, a avaliação da implementação dos 40 programas verticais de saúde, o diagnóstico das necessidades de resposta do SNS aos portugueses e os critérios que sustentam a criação e/ou extinção dos programas verticais de saúde no âmbito do Plano Nacional de Saúde 2011 – 2016.

O Deputado Serpa Oliva deu conta que o CDS tem vindo a questionar a Ministra sobre estas questões e que é necessário obter respostas, pelo que apoia o requerimento do PCP. O Deputado Rui Prudêncio lembrou que a Comissão criou um Grupo de Trabalho para o Plano Nacional de Saúde, pelo que deveria ser este a tratar a matéria. O Deputado João Semedo manifestou também ser favorável ao requerimento.

A Presidente colocou à votação o requerimento, o qual foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS, BE e PCP e a abstenção do PS.

O Deputado Bernardino Soares apresentou o Projecto de Resolução nº 378/XI/2ª (PCP), que recomenda ao Governo que assegure a construção de um Hospital Pediátrico em Lisboa. O Deputado referiu que desde há 3 anos que o Plano Funcional do Hospital de Todos os Santos deixou de estar acessível ao público, temendo que a solução que está em preparação não respeite a autonomia que deve ter um Hospital Pediátrico e não assegure a preservação do capital humano, científico e médico acumulado pelo Hospital Pediátrico D. Estefânia. Não discute a alteração de localização do Hospital Pediátrico de Lisboa, nem a articulação com outras unidades de saúde, mas considera que é necessário garantir a sua plena autonomia administrativa, técnica e financeira.

Seguiu-se a apresentação, pelo Deputado Serpa Oliva, do Projecto de Resolução nº 387/XI/2ª CDS-PP, que chamou a atenção para a necessidade de as crianças serem tratadas em hospitais pediátricos, ou seja em espaços que não sejam partilhados com adultos. Entende que o Hospital Pediátrico D. Estefânia deverá continuar com independência técnica e autonomia em termos de instalações, embora possa localizar-se no Hospital de Todos-os-Santos.

O Deputado Rui Prudêncio lembrou que a Ministra da Saúde deu recentemente explicações sobre esta matéria, numa audição da Comissão, tendo referido os critérios de funcionamento e assegurado a independência física e técnica do Hospital Pediátrico de Lisboa. O Deputado Defensor de Moura chamou a atenção para o facto de a autonomia da pediatria só ser reivindicada para grandes hospitais, não fazendo sentido quando temos pequenas escalas. Também o Deputado Ricardo Gonçalves enfatizou que na maior parte dos hospitais, por todo o país, a pediatria não tem autonomia física em relação ao Hospital da localidade, sendo vantajoso que se partilhem os recursos.

A Deputada Clara Carneiro defendeu a necessidade da autonomia técnica do Hospital Pediátrico de Lisboa, recordando que na audição da Ministra da Saúde, a 25 de Janeiro, lhe solicitou o envio do plano funcional do Hospital de Todos-os-Santos, que não chegou até agora.

A Deputada Rosário Águas acrescentou que esta questão do Hospital Pediátrico de Lisboa já vem da legislatura anterior e que há 4 anos que se anda a tentar conhecer o plano funcional, o caderno de encargos e o *lay out* do Hospital de Todos-os-Santos, sem sucesso. Trata-se de um grande investimento, com um impacto brutal, estando o Governo a impedir que haja conhecimento do processo.

Foi discutida a possibilidade da Comissão de Saúde solicitar ao Ministério a indicação de um dia em que os Deputados pudessem consultar todo o processo, solução que não foi consensual, tendo feito intervenções, sobre esta questão, os Deputados Clara Carneiro, Rui Prudêncio, Defensor de Moura, Bernardino Soares, João Semedo e Fernando de Jesus.

A Deputada Clara Carneiro anunciou então que o PSD vai dar um mês à Ministra da Saúde, para envio dos documentos solicitados, prazo que terminará no dia 25 de Fevereiro, após o que formulará o pedido de marcação de um dia para deslocação ao Ministério da Saúde com vista á consulta do processo.

O Deputado Bernardino Soares disse ainda que não defende hospitais pediátricos independentes em todo o lado, mas que faz sentido que em alguns pontos do país existam unidades pediátricas autónomas, técnica e administrativamente, que possam ser consideradas de referência.

Concluída a discussão dos Projectos de Resolução nºs 378 (PCP) e 387/XI/2ª (CDS-PP), irão ser remetidos ao PAR para votação em Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

Audição da APIFARMA, no âmbito do processo legislativo referente à prescrição por DCI e à reposição do PVP nos medicamentos

(audição integralmente gravada)

A Presidente deu a palavra ao Presidente da APIFARMA, Dr. Almeida Lopes, que se fez acompanhar pelos Dr.s João Neves, Rui Santos Ivo e João Barroca, que, após proceder ao enquadramento do mercado de medicamento em Portugal, fez uma apresentação sobre a matéria objecto de audição.

Os Deputados Clara Carneiro, Rui Prudêncio, Teresa Caeiro, João Semedo e Bernardino Soares colocaram questões, que foram respondidas pelo Dr. Almeida Lopes e complementadas pelo Dr. João Barroca.

Audição do Presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares, no âmbito do processo legislativo referente à prescrição por DCI e à reposição do PVP nos medicamentos

(audição integralmente gravada)

A Presidente pediu ao Dr. Pedro Lopes, Presidente da Associação, que fizesse uma apresentação inicial sobre os assuntos em análise nesta audição. O Dr. Pedro Lopes apresentou dados sobre o mercado de genéricos relativamente a 2009-2010 e comentou os projectos de lei em apreciação.

Os Deputados Clara Carneiro, Rui Prudêncio, Teresa Caeiro, Bernardino Soares e Ricardo Gonçalves teceram comentários e formularam perguntas, que foram respondidas pelo Presidente da Associação.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 Fevereiro 2011.

A VICE-PRESIDENTE

(LUIA SALGUEIRO)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Carla Barros
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Defensor Moura
Fernando Jesus
João Semedo
José Rui Cruz
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Luísa Santos
Ricardo Gonçalves
Rosário Águas
Rui Prudêncio
Teresa Caeiro
Teresa Fernandes
João Serpa Oliva
Jorge Manuel Gonçalves
Nuno Reis

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Couto dos Santos
Isabel Galriça Neto
Maria José Nogueira Pinto

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Maria Antónia de Almeida Santos